

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

É com grande alegria que apresentamos o periódico *Direito e Justiça – reflexões sociojurídicas*, em seu nº 20, a primeira edição do ano de 2013. O referido periódico consolida o trabalho e a missão do Curso de Direito da URI, *campus* de Santo Ângelo, na produção e difusão do conhecimento.

Exatamente no ano em que o Curso celebra seus 20 anos, um pequeno lapso temporal se comparado ao tempo da história, resta consagrado nacionalmente como fonte de pesquisa de acordo com o critério de avaliação Qualis, alcançando o extrato B2.

Nesta edição, será possível acessar temas de interesse da comunidade científica e acadêmica como o produzido por Larissa Ramina e Emerson Luiz Laurenti, que refletem sobre o *Tráfico internacional de pessoas e a busca da dignidade perdida*. Os autores enfatizam a realização de uma política social pelos Estados para atenuar as consequências do tráfico internacional sobre a vida das vítimas por meio da promoção da dignidade da pessoa humana.

Posteriormente, Cristina Ferraz aborda a *Legitimidade da Defensoria Pública na ação civil pública à luz do acesso à justiça*. A pesquisadora analisa a Lei nº 11.488/07, que acrescentou a Defensoria Pública ao rol dos legitimados à ação civil pública, ferramenta “voltada à tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, dada à natureza do processo coletivo e da indisponibilidade do seu objeto a impedir a cisão do interesse transindividual”.

Na sequência, Aguinaldo Aleamar discorre sobre o *Consumo e proteção ambiental: a ciência jurídica como elemento criativo nesta relação jurídica*. Segundo o autor, além da responsabilização penal e econômica pelos danos ambientais, a ciência jurídica deve propor soluções criativas, política e juridicamente possíveis, no intuito de equilibrar o desenvolvimento econômico com a manutenção dos padrões ecológicos que garantam dignidade às gerações futuras.

Ainda, e em caráter de contribuição internacional, temos o trabalho proposto por Fernando G. D’Alessandro, que analisa o direito concursal argentino a partir do artigo nomeado *Reflexiones sobre el régimen de pronto pago de créditos laborales en el derecho concursal argentino*. O autor se debruça sobre a evolução histórica do instituto e se propõe abordar as razões da insuficiente implementação.

Por sua vez, a quatro mãos, Michele Alessandra Hastreiter e Luís Alexandre Carta Winter dedicam-se ao estudo dos *Contratos de empresas estrangeiras com a administração pública para a viabilização de obras de infraestrutura para a copa do mundo de 2014: um estudo de caso sobre o leilão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília*.

Ainda, nesta edição, Marco Aurélio Pieri Zeferino e Juventino de Castro Aguado se dedicam à abordagem da dignidade da pessoa humana na exclusão de estrangeiros pelo Estado. Segundo os autores, o trabalho contribui “para a formulação de uma visão mais humanista e integrativa internacional, possibilitando a relativização dos ordenamentos jurídicos internos via princípios e instrumentos presentes no Direito Internacional dos Direitos Humanos”.

Rosane B. Mariano da Rocha Barcellos Terra e Grace Kellen de Freitas Pellegrini lançam luzes, no artigo seguinte, sobre a igualitária condição no meio social e a não discriminação dos casais homoafetivos com o trabalho intitulado *A contribuição da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADIN nº 4.277 para o sistema democrático brasileiro e seu papel para a mudança do pensamento cultural*.

Finalizando a edição nº 20, contamos com a colaboração de Camila Dabrowski de Araújo Mendonça e Danielle Annoni, que refletem profundamente sobre a criação dos tribunais penais internacionais e a concorrência instaurada com as cortes nacionais. O trabalho, intitulado *A relação entre jurisdições nacionais e internacionais: primazia e complementaridade*, analisa o funcionamento e as novas práticas que surgiram no âmbito do Tribunal Penal Internacional.

Nota-se que tais trabalhos contribuem em muito para o engrandecimento dos debates jurídicos contemporâneos. Despedimo-nos, agradecendo a colaboração dos autores para o aprimoramento do periódico, que se consagra em um curso de Direito recente e repleto de conquistas, como a consagração desta fonte de pesquisa no extrato B2 da comissão Qualis Capes para o Direito.

Excelente leitura a todos!

Os editores.